

Comissão mista dá parecer contrário à proposta de convocação da Constituinte

Brasília — A Comissão Mista Especial do Congresso rejeitou ontem a emenda do Senador Orestes Quércia (PMDB-SP) propondo a convocação de uma Assembleia Constituinte em 1983. A cúpula do PMDB informou ao Senador que na próxima semana definirá a estratégia parlamentar para a votação de sua proposta no plenário do Congresso.

Espera o Senador Quércia que, no mais tardar na próxima semana, o Supremo Tribunal Federal decida o mandado de segurança que impetrou contra a Mesa do Senado que não anexou a sua emenda constitucional à proposta do Presidente da República restabelecendo as eleições diretas para governador e vice.

CRISES

A Comissão aprovou parecer do Senador Aloysio Chaves (PA), vice-líder do PDS, de que o Congresso Nacional tem amplos poderes para reformular a Constituição, do que são prova incontestes as inúmeras emendas constitucionais em tramitação. Acha o Senador que será necessário, mais cedo ou mais tarde, uma ampla revisão constitucional.

A convocação de uma Assembleia Constituinte, no entanto, não se justifica porque isso só ocorre após uma ruptura completa da ordem existente. A convocação de uma Assembleia Constituinte viria perturbar o clima existente, caracteri-

zado por um processo de abertura e de normalização democrática. Em nome do PMDB, os Deputados Tarclso Delgado (MG), Roberto Freire (PE) e João Gilberto (RS) contestaram a legitimidade do sistema vigente, frisando, todos, que o objetivo da Assembleia Constituinte é um novo pacto social, haveria uma devolução efetiva do poder ao povo, que seria convocado para eleger um Congresso com finalidade específica.

O parecer do Senador Aloysio Chaves foi aprovado por 11 a 4. Das oposições deixaram de comparecer cinco representantes, entre os quais o Senador Quércia, autor da emenda.

PMDB já não aceita comando de Figueiredo

A direção nacional do PMDB deixou de apoiar, ontem, durante reunião presidida pelo Deputado Ulisses Guimarães, a proposta de emenda constitucional do Senador Orestes Quércia (PMDB-SP), de convocação da Assembleia Nacional Constituinte, pela intervenção do Deputado Francisco Pinto (BA), contrária à referência expressa ao comando do Presidente da República na formalização da medida.

O assunto foi muito discutido e o próprio Senador Quércia discordou das restrições do representante da Bahia, observando que o Partido não poderia ignorar a autoridade do General Figueiredo na convocação da Constituinte. "Se se tivéssemos armas para mudar tudo..." teria dito, ironicamente, o Senador paulista, conforme relato de alguns dos presentes à reunião reservada da Comissão Executiva Provisória Nacional do PMDB.

Ulysses acha idéia de Arinos "infeliz"

O presidente nacional do PMDB, Deputado Ulisses Guimarães, considerou "infeliz" a sugestão do jurista e ex-Ministro das Relações Exteriores, Afonso Arinos, de incluir nas disposições transitórias de uma nova Constituição dispositivo colocando fora do alcance da emenda restabelecendo plena inviolabilidade do mandato parlamentar os processos já en-

caminhados ao Supremo Tribunal Federal.

Pela proposta do ex-Senador, seria atingido o Deputado João Cunha (PT-SP), processado por iniciativa dos ministros militares, sob a alegação de ter feito discurso ofensivo às Forças Armadas. O dirigente oposicionista lembrou que a inviolabilidade é instituto de defesa da instituição e deve ser preservado.

PDS apóia proposta de ex-Chanceler

O presidente do PDS, Senador José Sarney, e o líder do Governo no Senado, Jarbas Passarinho, concordam inteiramente com o ex-Ministro Afonso Arinos, que defendeu a transformação do Congresso em Assembleia Constituinte.

— O que ele sempre reco-

mençou — afirmou o Sr. Jarbas Passarinho — nós nunca estivemos contra. Há menos de dois anos, o Sr. Afonso Arinos já dizia que não pensa em Constituinte convocada, mas feita pelo Congresso Nacional, como aconteceu em 1967. Isso poderia ser perfeitamente possível.

Procurador de Sergipe pede reforma urgente

Aracaju — O Procurador Geral de Justiça de Sergipe, ex-Deputado Gilton Garcia, cassado pelo AI-5 em 1969, disse, ontem, num seminário de estudos jurídicos promovido pelo Governo do Estado, que "é necessária uma reforma constitucional no país, pois o momento exige e a sociedade brasileira já está amadurecida para os novos tempos".

"Segundo ele, em 1982, com o povo escolhendo os seus governadores, uma boa parte da nossa Constituição estará sendo reparada, mas, a convocação de uma Assembleia Nacional

Constituinte seria o caminho mais rápido e que atenderia ao momento de abertura que estamos vivendo".

O ex-Deputado afirmou também que "o Legislativo brasileiro, como Poder, está enfraquecido, o que prejudica o seu papel constitucional de ser o crivo dos atos do Poder Executivo." O jurista Celso Antonio Bandeira de Mello, professor da PUC de São Paulo, também defendeu a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, "como forma de ser restaurada no Brasil a plena democracia".

Leia editorial "Concessão ao Ideal"